

Exma. Senhora
Dr.ª Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado
dos Assuntos Parlamentares
requerimentos.seap@pm.gov.pt

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Ofício n. 10459/2021 Proc. 79.06.04.	

**Assunto: Pergunta n.º 172/XIV/3.ª, de 26 de outubro de 2021, BE
Transtejo - Supressões entre Almada e Lisboa penaliza utentes e prejudica qualidade
do serviço público**

Em resposta à Pergunta n.º 172/XIV/3.ª, de 26 de outubro de 2021, formulada pelas Senhoras Deputadas Isabel Pires, Joana Mortágua e Diana Santos do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática de transmitir o seguinte:

As supressões de ligações fluviais em apreço estão essencialmente associadas à falta de recursos humanos, em número insuficiente no atual quadro da empresa, situação que se encontra já em fase de resolução, o que associado às greves que têm vindo a ser organizadas pelas estruturas sindicais representativas dos trabalhadores, ao abrigo da legislação laboral em vigor, não têm permitido garantir a realização de todos os serviços previstos.

A este respeito, importa referir que, já em 2021, o Governo deu autorização para o recrutamento de técnicos superiores e de trabalhadores marítimos para colmatar as necessidades de recursos humanos identificadas pelas empresas, estando alguns dos procedimentos já concluídos e outros em curso.

A área governativa do Ambiente e da Ação Climática, definiu a promoção da Mobilidade Sustentável e a Descarbonização do Setor dos Transportes como prioridades de intervenção.

Neste âmbito, o transporte público foi identificado como pilar fundamental da mobilidade sustentável, como fator de desenvolvimento económico, como promotor de uma maior coesão social e territorial, e como fator gerador de riqueza.

Em concreto, no que ao transporte fluvial de passageiros no rio Tejo diz respeito, para além do reforço ao nível de recursos humanos já acima mencionado, destacam-se as seguintes medidas:

- Aprovação do Plano de Renovação da frota de navios da Transtejo, que contempla a aquisição de 10 novos navios elétricos que irão assegurar os serviços de transporte fluvial nas ligações de Cacilhas, Seixal e Montijo.
- Celebração do Contrato de Serviço Público entre o Estado e a Transtejo/Soflusa, que vigorará até 2025, que define as compensações devidas pelo cumprimento das obrigações de serviço público prestadas pelas empresas, proporcionando um adequado nível de qualidade e de segurança, tendo em vista a promoção do acesso universal ao transporte fluvial, a coesão territorial e o cumprimento dos direitos dos utilizadores.
- Aquisição de serviços de manutenção global dos navios da frota da Soflusa, que conduziu a francas melhorias na fiabilidade dos serviços prestados na ligação entre o Barreiro e Lisboa.
- Aprovação de um apoio de cerca de 6,2 milhões de euros, ao abrigo do Programa de Estabilização Económica e Social, para a execução de várias intervenções na Transtejo e na Soflusa ao nível da beneficiação de vários terminais e estações, de recuperação de infraestruturas marítimas, de reabilitação de infraestruturas de apoio e de ações de modernização ao nível do sistema de bilhética e das plataformas de comunicação, bem como de instalação de equipamentos de estacionamentos de bicicletas em interfaces da Transtejo e da Soflusa.

Face ao exposto, considera-se que o Governo tem apostado numa clara política de promoção do transporte público e do seu financiamento, tem promovido a melhoria da qualidade de serviço prestado aos utilizadores destes modos de transporte, bem como tem promovido o recrutamento dos recursos humanos necessários ao funcionamento destes serviços de transporte.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Fernando Carvalho

CG/PC